

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2018, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

A conta de gerência do ano de 2018 evidencia a continuação da concretização daquele que foi o primeiro compromisso do executivo para com os Santacombadenses, no mandato anterior: a reabilitação económica e financeira do Município.

A concretização desse compromisso só não foi mais longe fruto da incorporação de dívidas resultantes de processos judiciais, cuja origem já é sobejamente conhecida de todos.

Em 2018, a determinação de alcaçar a reabilitação económica e financeira do Município continuou inabalável e só terminará quando a situação económica e financeira estiver estabilizada.

Da análise aos documentos da conta do município relativos ao ano de 2018, a nível orçamental, verifica-se uma diminuição do orçamento da receita relativamente ao ano anterior, em 49.366,94 €. Contudo, o grau de execução da mesma foi de 88,41 %, cerca de 4,35 % superior à de 2017.

A análise orçamental da despesa, a partir dos valores executados, revela uma diminuição do grau de execução de cerca 2,94 %. Em termos absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao anterior em 334.069,25 €.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 8.359.818,49 €, superior ao de 2017 em 37.545,40 € (0,45%). Quanto aos custos, verificou-se comparativamente a 2017, um aumento de 1.063.055,74 €, (11,20%) .

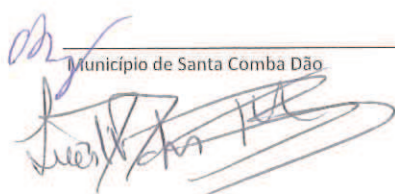
Relativamente ao endividamento, verifica-se uma diminuição de 12.251.978 € para 11.274. 975 €. O montante da dívida em excesso, passou de 1.358.750 € para 381.747 €. Verificou-se, deste modo, uma diminuição de dívida de (-7,97 %) e uma variação do seu excesso de (-71,90 %).

As dívidas a terceiros de curto prazo cifram-se em 1.796.288,25 € , aumentaram 40.500,78€ (2,31 %), nesta dívida, em Outros Credores, está incluído o valor de 484.481,63 € ainda por devolver ao QREN. As dívidas de médio e longo prazo, que apresentam um valor de 9.099.617,71€, reduziram 1.205.685,78 € (-11,70%). O total de dívida a terceiros reduziu de 12.061.090,96 € para 10.895.905,96 €, uma redução de 1.165.185,00€ (-9,66%).

Continuamos, pois, no bom caminho, preparando a autarquia para a concretização daquele que é, também, outro compromisso com os Santacombadenses – o desenvolvimento económico, alicerçado na captação de investimento empresarial e o desenvolvimento turístico, a partir de um conjunto de projetos de requalificação, já conhecidos dos Santacombadenses, que têm estado a ser preparados e esperamos ver concretizados em breve.

Continuamos determinados, tal como no dia em que tomámos posse.

Com a vontade de todos, voltaremos a ter um concelho próspero e dinâmico.



Município de Santa Comba Dão



1

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Continua contudo a existir a impossibilidade de atingir a totalidade dos valores previstos. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2018				2017			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	2.001.527,00	2.029.215,54	23.688,54	101,18%	1.765.722,00	1.945.487,67	179.765,67	110,18%
02	Impostos indiretos	79.572,00	53.905,24	-25.666,76	67,74%	63.525,00	65.525,74	2.000,74	103,15%
04	Taxas, multas e outras penalidades	238.558,00	236.576,34	-1.981,66	99,17%	198.537,00	259.616,44	61.079,44	130,76%
05	Rendimentos da propriedade	434.577,00	-440.373,33	-5.796,33	101,33%	437.120,76	435.629,07	-1.491,69	99,66%
06	Transferências correntes	4.552.745,87	4.244.243,35	-308.502,52	93,22%	4.358.326,50	4.250.517,17	-107.809,33	97,53%
07	Venda de bens e serviços correntes	582.983,00	357.874,91	-225.108,09	61,39%	558.147,00	348.763,75	-209.378,25	62,49%
08	Outras receitas correntes	3.142,00	8.334,58	5.192,58	265,76%	1.135.987,17	2.912,51	-1.133.074,66	0,26%
09	Venda de bens de investimento	45.531,00	186.170,00	140.639,00	408,89%	10.136,00	88.575,00	78.439,00	873,87%
10	Transferências de capital	468.803,40	536.803,40	68.200,00	114,55%	386.727,00	499.487,39	112.760,39	129,16%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	nd	0,00	0,00	0,00	nd
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	nd	0,00	0,00	0,00	nd
13	Outras receitas de capital	804.953,03	0,00	-804.953,03	nd	528.831,81	0,00	-528.831,81	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	941,00	563,82	-377,18	59,92%	6.804,00	796,77	-6.007,23	11,71%
16	Saldo da gestão anterior	476.179,86	476.179,86	0,00	100,00%	288.820,86	288.820,86	0,00	100,00%
Total Receitas		9.689.313,16	8.566.240,37	-1.123.072,79	88,41%	9.738.680,10	8.186.132,37	-1.552.547,73	84,06%

Unid.: Euro

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2017 em 49.366,94 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2018 foi de 88,41%.

Verifica-se um aumento, de cerca de 4,35%, na taxa de execução do orçamento da receita. O aumento do grau de execução orçamental resulta da uma orçamentação da receita mais realista, embora continue condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 99,64% para 96,70% se considerarmos os valores 'executados', e aumentou de 79,34 % para 85,69% se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2018						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	11.550,00	8.928,40	-2.621,60	77,30%	8.928,40	-2.621,60	77,30%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	700,00	476,73	-223,27	68,10%	476,73	-223,27	68,10%
0101 04	Assembleia Municipal - Transferências correntes	1.250,00	1.250,00	0,00	100,00%	1.250,00	0,00	100,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.566.990,20	2.566.690,20	-300,00	99,99%	2.525.057,01	-41.933,19	98,37%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.043.917,56	3.041.004,51	-2.913,05	99,90%	2.505.411,20	-538.506,36	82,31%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	391.811,18	380.611,18	-1.200,00	99,69%	325.644,13	-66.167,05	83,11%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	340.913,07	340.913,07	0,00	100,00%	295.472,56	-45.440,51	86,67%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	1.146.026,87	871.805,77	-274.221,10	76,07%	530.080,57	-615.946,30	46,25%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	321.020,84	282.639,66	-38.381,18	88,04%	245.590,61	-75.430,23	76,50%
0102 09	Câmara Municipal - Ativos financeiros	44.859,00	44.859,00	0,00	100,00%	44.859,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	358.951,05	358.951,05	0,00	100,00%	358.951,05	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	172.237,72	172.237,72	0,00	100,00%	172.237,72	0,00	100,00%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.289.085,67	1.289.085,67	0,00	100,00%	1.289.085,67	0,00	100,00%
Total despesas		9.689.313,16	9.369.452,96	-319.860,20	96,70%	8.303.044,65	-1.386.268,51	85,69%

Unid.: Euro

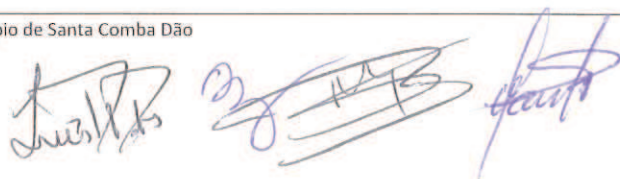
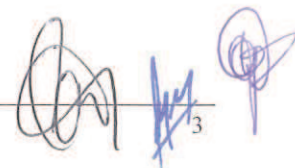
Rub.	Designação	2017						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	14.204,00	14.130,91	-73,09	99,49%	14.130,91	-73,09	99,49%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.428.280,18	2.428.260,18	-20,00	100,00%	2.390.375,03	-37.905,15	98,44%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.029.298,46	3.022.615,78	-6.682,68	99,78%	2.587.713,15	-441.585,31	85,42%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	340.277,62	340.197,62	-80,00	99,98%	301.614,10	-38.663,52	88,64%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	113.702,92	113.690,92	-12,00	99,99%	68.788,84	-44.914,08	60,50%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	506.003,99	479.483,87	-26.520,12	94,76%	424.103,12	-81.900,87	83,81%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	119.753,00	118.183,00	-1.570,00	98,69%	118.183,00	-1.570,00	98,69%
0102 09	Câmara Municipal - Ativos financeiros	59.812,00	59.812,00	0,00	100,00%	59.812,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	347.776,64	347.776,64	0,00	100,00%	347.776,64	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	306.144,36	306.144,36	0,00	100,00%	220.228,67	-85.915,69	71,94%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.473.226,93	2.473.226,93	0,00	100,00%	1.193.801,75	-1.279.425,18	48,27%
Total despesas		9.738.680,10	9.703.522,21	-35.157,89	99,64%	7.726.527,21	-2.012.152,89	79,34%

Unid.: Euro

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela uma diminuição no respetivo grau de execução na ordem dos 2,94 p.p.. Em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 334.069,25 euros.

Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados', pela Câmara Municipal, verificamos:

- Despesas com Pessoal – aumento de 5 p.p., cerca de 133.227,51€;
 - Aquisição de Bens e Serviços – aumento de 1 p.p., cerca de 18.865,46€;
- Contribui para este aumento resulta a aquisição de combustíveis, material de limpeza e higiene, vestuário e artigos pessoais, material de escritório, peças de material de transporte, prémios condecorações e ofertas, ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica, material de educação e recreio, outros bens, conservação de bens, outros bens, transportes, representação de serviços, seguros, deslocações e estadas, estudos, pareceres, projetos e consultadoria e formação;
- Transferências Correntes – aumento de 15 p.p., cerca de 51.663,56€;
- Contribui para o aumento desta rubrica as transferências efetuadas para a administração local e instituições sem fins lucrativos;
- Outras despesas correntes – aumento de 200 p.p., cerca de 227.222,15€;
- Por aumento de indemnizações a fornecedores relativas a processos judiciais;
- Aquisição de bens de capital – aumento de 82 p.p., cerca de 392.321,90€;
- Este aumento verifica-se na quase totalidade das rubricas, à exceção de Melhoramentos fundiários e Material de transporte;

- Transferências de capital – aumento de 139 p.p., cerca de 164.456,66€;
A rubrica em apreço aumentou devido às transferências efetuadas para empresas públicas municipais e intermunicipais, para a administração local e para instituições sem fins lucrativos;
- Ativos Financeiros – diminuição de 25 p.p., cerca de 14.953,00€;
É lançado nesta rubrica a participação do município no capital social do FAM;
- Outras despesas de capital – aumento de 3 p.p., cerca de 11.174,41€;
O aumento desta rubrica deve-se à indemnização a fornecedor por ordem judicial e ao valor em dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN.
- Juros e outros encargos – diminuição de 44 p.p., cerca de 133.906,64€;
Esta rubrica contempla juros de empréstimos, e juros de mora de fornecedores;
- Passivos financeiros – diminuição de 48 p.p., cerca de 1.184.141,26€;
Esta rubrica atende a amortização de empréstimos.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica uma relação entre receitas e despesas correntes equilibrada.

As despesas correntes de 2018 ascenderam a 6.522.111,81 euros, enquanto as receitas correntes totalizaram 7.366.523,29 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	7.366.523,29	Receitas	7.308.452,35
Despesas	6.522.111,81	Despesas	6.225.039,77
Superávite 2018	844.411,48	Superávite 2017	1.083.412,58

Unid.: Euro

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital é negativo. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital), preceituado no Mapa XIX do OE2018. As despesas de capital são constituídas maioritariamente pela despesa associada à amortização de empréstimos, aquisição de bens de capital e à devolução do QREN.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	722.973,40	Receitas	588.062,39
Despesas	2.847.341,15	Despesas	3.478.482,44
Défice 2018	-2.124.367,75	Défice 2017	-2.890.420,05

Unid.: Euro

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios tanto em 2018 como nos exercícios transatos. Verifica-se uma diminuição da despesa total em 3,44%, cerca de 334.069,25€. A receita total apresenta um aumento de 4,64%, cerca de 380.108,00€. No final do exercício de 2018 aferiu-se um saldo negativo de 803.212,59 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2017 este se cifrava em 1.517.389,84 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	8.566.240,37	Receitas	8.186.132,37
Despesas	9.369.452,96	Despesas	9.703.522,21
Défice 2018	-803.212,59	Défice 2017	-1.517.389,84

Unid.: Euro

1.3 EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No final do exercício de 2018 o município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental.

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	
Receita Corrente Bruta 2018	7.370.098,79
Despesa Corrente 2018	5.834.477,75
Amortizações Médias Empréstimos 2018	1.484.060,89
Equilíbrio Orçamental	51.560,15

Unid.: Euro

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.309.013,76	38,63%	3.147.306,95	38,45%
Outras Receitas	4.781.046,75	55,81%	4.750.004,56	58,03%
Saldo Orçamental	476.179,86	5,56%	288.820,86	3,53%
Total das Receitas	8.566.240,37	100,00%	8.186.132,37	100,00%

Unid.: Euro

Em 2018 estas receitas corresponderam a 38,63% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2018, um acréscimo de 0,18 p.p. do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2017, existe assim um acréscimo do seu valor absoluto de 161.706,81 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2018		2017	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos diretos	2.025.215,54	61,20%	1.945.487,67	61,81%
02	Impostos indiretos	53.905,24	1,63%	65.525,74	2,08%
04	Taxas, multas e out pen.	236.576,34	7,15%	259.616,44	8,25%
05	Rendimentos da propriedade	440.373,33	13,31%	435.629,07	13,84%
07	Venda de bens e serv. corr.	357.874,91	10,82%	348.763,75	11,08%
08	Outras receitas correntes	8.334,58	0,25%	2.912,51	0,09%
09	Venda de bens de inv.º	186.170,00	5,63%	88.575,00	2,81%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	563,82	0,02%	796,77	0,03%
Total das receitas próprias		3.309.013,76	38,63%	3.147.306,95	38,45%
Total das receitas		8.566.240,37		8.186.132,37	

Unid.: Euro

Contribui para o aumento das receitas próprias, verificado no exercício de 2018, os impostos diretos, rendimentos da propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes e a venda de bens de investimento. Verificou-se uma diminuição nas rubricas de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e reposições não abatidas nos pagamentos.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 35% da despesa total, representando um acréscimo de 3 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos diretos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 24% da totalidade da receita.

Rácio	2018	2017
Receitas Próprias / Despesa Total	0,35	0,32
Receitas Próprias / Receita Total	0,39	0,38
Impostos Diretos / Receita Total	0,24	0,24

Unid.: Euro

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 55,81% do total das receitas no exercício de 2018, pelo que comparativamente ao exercício transato verificamos um decréscimo de 2,22 p.p. no peso das receitas totais.

Financiamento não próprio	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	4.244.243,35	88,77%	4.250.517,17	89,48%
Transferências capital	536.803,40	11,23%	499.487,39	10,52%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total financiamento não próprio	4.781.046,75	55,81%	4.750.004,56	58,03%
Total Receitas	8.566.240,37		8.186.132,37	

Unid.: Euro

Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2017, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (88,77%), verificando-se uma diminuição em valor absoluto de 6.273,82€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2018 existiu um aumento face ao peso que detinham em 2017, registando-se, em valor absoluto, um aumento de 37.316,01€ nesta rubrica.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFAL), na sua redação atual, que estabelece as seguintes formas de participação:

- FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:

- FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;
- FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- FSM – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- Participação variável no IRS – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (95,20%), quer de capital (74,02%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	4.040.676,00	95,20%	3.987.438,86	93,81%
Outras Entidades Estado	71.063,73	1,67%	143.435,09	3,37%
Participação Comunitária	15.778,91	0,37%	494,00	0,01%
Fundos e Serv. Autónomos	37.503,59	0,88%	48.407,80	1,14%
Outras transferências correntes	79.221,12	1,87%	70.741,42	1,66%
Total das Transferências Correntes	4.244.243,35	100,00%	4.250.517,17	100,00%

Unid.: Euro

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	397.320,00	74,02%	394.491,86	78,98%
Outras Entidades Estado	105.000,00	19,56%	0,00	0,00%
Participação Comunitária	34.483,40	6,42%	104.995,53	21,02%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	536.803,40	100,00%	499.487,39	100,00%

Unid.: Euro

No exercício de 2018, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital ^{a)}	397.320,00	-	-	397.320,00
Corrente	3.520.982,00	290.309,00	229.385,00	4.040.676,00
Total	3.918.302,00	290.309,00	229.385,00	4.437.996,00

Unid.: Euro

a) Inclui 6.100,00€ relativo a devolução de verba retida em 2014 referente ao processo n.º 6644/II.8 TELRA

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2018, dos fundos municipais. Assinalamos um acréscimo de 1,50% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2008	4.152.080	-	
2009	4.460.774	7,43%	
2010	4.506.500	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014
2015	4.192.818	6,01%	Mapa XIX, OE 2015
2016	4.244.273	1,23%	Mapa XIX, OE 2016
2017	4.366.400	2,88%	Mapa XIX, OE 2017
2018	4.431.896	1,50%	Mapa XIX, OE 2018

Unid.: Euro

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2018, arrecadou receita proveniente de fundos comunitários, no âmbito do projeto CENTRO-07-2316-FEDER-000044, como se pode verificar no quadro seguinte:

	2018		2017		2016		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	34.483,40	100,00%	104.995,53	100,00%	14.041,50	80,58%	41.112,75	45,79%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.384,90	19,42%	48.669,85	54,21%
Total	34.483,40	100,00%	104.995,53	100,00%	17.426,40	100,00%	89.782,60	100,00%

Unid.: Euro

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, na sua redação atual), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2018, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual:

Limite	Dívida Total (*)						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part (**)	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
10.893.228	01-01-2018						
	12.061.091	491.532	12.552.622	12.251.978	1.358.750		
	31-12-2018						
	10.895.906	482.609	11.378.515	11.274.975	381.747		
Variação da Dívida %							-7,97%
Variação do Excesso da Dívida %							-71,90%
Margem Disponível por Utilizar							

Unid.: Euros

(*) Cálculos efetuados com base no 'Balancete - Apuramento de Resultados'

(**) Valor comunicado pelas entidades relativamente ao 4º trimestre

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu a dívida em 7,97 p.p. e o excesso de endividamento em 71,90 p.p..

Contribui para o excesso de endividamento o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões e das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	46.735,58
Faturado no ano	645.206,14
Total.....	691.941,72
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	530.080,57

Unid.: Euros

▪ Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	573.466,72
Faturado no ano	2.634.476,15
Total.....	3.207.942,87
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.862.858,83

Unid.: Euros

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2018		2017		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	304.023,09	3,64%	292.288,98	3,51%	11.734,11	4,01%
Impostos e taxas	2.360.066,90	28,23%	2.264.130,47	27,21%	95.936,43	4,24%
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Trabalhos para a própria entidade	47.120,78	0,56%	18.636,86	0,22%	28.483,92	152,84%
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Transferências e subsídios obtidos	4.706.854,85	56,30%	4.640.758,39	55,76%	66.096,46	1,42%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	494.726,01	5,92%	490.424,74	5,89%	4.301,27	0,88%
Proveitos e ganhos extraordinários	447.026,86	5,35%	616.033,65	7,40%	-169.006,79	-27,43%
Proveitos Totais	8.359.818,49	100,00%	8.322.273,09	100,00%	37.545,40	0,45%

Unid.: Euros

Observamos que 56,30% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os proveitos totais um aumento de 0,45%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e prestações de serviços aumentaram 4,01%. O aumento de 4,24% da rubrica Impostos e taxas deve-se a uma maior arrecadação de taxas, multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos o aumento de 1,42% deve-se ao aumento das transferências do Estado. Os Proveitos e ganhos financeiros aumentaram 0,88% devido à maior arrecadação de receita proveniente de juros sobre cobrança de impostos e rendimentos de imóveis. Os Proveitos e ganhos extraordinários diminuíram 27,43% devido à redução de provisões que ocorreu no exercício transato.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2018		2017		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	137.775,24	1,31%	151.659,28	1,60%	-13.884,04	-9,15%
Fornecimentos e serviços externos	2.650.002,96	25,12%	2.519.396,60	26,55%	130.606,36	5,18%
Custos com o pessoal	2.576.796,73	24,42%	2.406.664,88	25,37%	170.131,85	7,07%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	422.849,37	4,01%	294.078,91	3,10%	128.770,46	43,79%
Amortizações do exercício	3.324.790,01	31,51%	3.333.398,79	35,13%	-8.608,78	-0,26%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	337.946,39	3,56%	-337.946,39	n.d
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00%	71,14	0,00%	-71,14	-100,00%
Custos e perdas financeiros	343.712,92	3,26%	181.531,41	1,91%	162.181,51	89,34%
Custos e perdas extraordinários	1.094.750,79	10,38%	262.874,88	2,77%	831.875,91	316,45%
Custos Totais	10.550.678,02	100,00%	9.487.622,28	100,00%	1.063.055,74	11,20%

Unid.: Euros

A rubrica de amortizações do exercício com 3.324.790,01€ e com um peso de 31,51% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com Fornecimentos e serviços externos e os Custos com pessoal, que no exercício de 2018 representam 25,12% e 24,42% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se um aumento das rubricas de, Fornecimentos e serviços externos (5,18%), Custos com o pessoal (7,07%), de Transferências e subsídios correntes (43,79%), Custos e perdas financeiros (89,34%), e Custos e perdas extraordinários (316,45%). Verificamos uma diminuição nos custos com as rubricas de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (9,15%), Amortizações do exercício (0,26%), Outros custos e perdas operacionais (100%).

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2018 e o exercício de 2017:

Rubricas	2018	2017
Resultados Operacionais	-1.694.148,69	-1.827.401,29
Resultados Financeiros	151.013,09	308.893,33
Resultados Correntes	-1.543.135,60	-1.518.507,96
Resultados Extraordinários	-647.723,93	353.158,77
Resultados Líquidos	-2.190.859,53	-1.165.349,19

Unid.: Euros

Da análise dos resultados verifica-se que os Resultados Operacionais evoluíram favoravelmente de cerca de 7,29%. Os Resultados Financeiros apresentam um agravamento em cerca de 51,11% resultante da regularização do empréstimo que

se encontrava em incumprimento bancário. Os Resultados Extraordinários apresentaram evolução negativa de cerca de 283%. O Resultado Líquido negativo, regista uma evolução desfavorável de cerca de 88%, o que em valor absoluto se traduz num agravamento de 1.025.510,34€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2018	2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	288.517,18	476.886,43	-188.369,25	-39,50%
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Cientes, c/c	0,00	0,00	0,00	n.d.
Contribuintes, c/c	23.891,27	23.497,99	393,28	1,67%
Utentes, c/c	209.997,81	213.813,57	-3.815,76	-1,78%
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00	0,00	n.d.
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	n.d.
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26	0,00	0,00%
Outros devedores	329,41	185.276,18	-184.946,77	-99,82%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Total da Dívida de Terceiros	288.517,18	476.886,43	-188.369,25	-39,50%

Unid.: Euros

Verifica-se uma diminuição da dívida de terceiros no exercício de 2018 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 188.369,25€ sendo este resultante, na sua maioria, de receita proveniente de impostos indiretos e outros devedores.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2018	2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	1.796.288,25	1.755.787,47	40.500,78	2,31%
Empréstimos a curto prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores c/c	782.594,11	720.835,64	61.758,47	8,57%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência	0,00	0,00	0,00	n.d.
Cientes e utentes c/cauções	788,26	842,14	-53,88	-6,40%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores de imobilizado c/c	139.626,13	23.037,98	116.588,15	506,07%
Estado e outros entes públicos	38.962,93	33.207,46	5.755,47	17,33%
Administração autárquica	22.725,56	2.215,19	20.510,37	925,90%
Outros credores	811.591,26	975.649,06	-164.057,80	-16,82%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	9.099.617,71	10.305.303,49	-1.205.685,78	-11,70%
Dívidas a instituições de crédito	9.084.664,71	10.125.869,94	-1.041.205,23	-10,28%
Outros Credores	14.953,00	179.433,55	-164.480,55	-91,67%
Total da Dívida a Terceiros	10.895.905,96	12.061.090,96	-1.165.185,00	-9,66%

Unid.: Euros

No final de 2018, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 1.796.288,25€, superiores em relação ao ano anterior na ordem dos 2,31%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente à participação no capital social do FAM a realizar em 2019 no valor de 29.906,00€ e à dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN, no valor de 484.481,63€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 10,28% em relação a 2017, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. O valor registado na rubrica Outros Credores diz respeito à participação no capital social do FAM a realizar no ano de 2020, no valor de 14.953,00€.

O total da dívida a terceiros apresenta uma diminuição de 9,66%, esta diminuição verifica-se na dívida de médio e longo prazo (11,70%), existindo um aumento na dívida de curto prazo (2,31%).

Foi no exercício de 2018 sanada a situação de incumprimento bancário que se arrastava à vários exercícios. Para o efeito foi efetuada adenda ao contrato de empréstimo em causa tendo sido capitalizados juros e ajustado o plano financeiro dentro do mesmo limite temporal, sem alteração da taxa de juro.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 2.190.859,53 euros (dois milhões, cento e noventa mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- | | |
|---|----------------|
| ▪ Transferência para Resultados Transitados | -2.190.859,53€ |
|---|----------------|